

Câmara de Jundiá

Foi aprovado ontem o Projeto de Resolução 801, dos vereadores de Jundiá Antonio Carlos Albino (PSB), Douglas Medeiros (PP), Marcelo Gastaldo (PTB) e Valdeci Vilar (PTB). A proposta veda homenagens e prevê sua cassação às pessoas que cometeram crimes. Antes, sempre que um título era cassado, era necessário um projeto de lei para ratificar isso.

Aprovados

Também foram aprovados ontem o PL 12.192, do vereador Rogério Silva (PHS), que institui a Campanha de Incentivo à Leitura na rede municipal de ensino; o PL 12.346, que institui o Programa de Incentivo à Aprendizagem e Prática de Jogos de Tabuleiro por Crianças e Idosos, e a Moção 87, de Rafael Antonucci (PSDB), que repudia a atuação da empresa NET em Jundiá. Também foi aprovado um requerimento de informação à Prefeitura de Jundiá.

Proposta que regulamenta uso de caçambas metálicas será apreciada em data ainda indefinida. Vereador do PPS reclamou Projeto de Ligabó é adiado e causa polêmica na sessão

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

O projeto de lei 2.296, de autoria do vereador Wagner Ligabó (PPS), que regula o uso de caçambas metálicas para coleta de terra e entulho e revoga a Lei 5.592/2001, gerou desconforto entre os parlamentares na sessão de ontem da Câmara de Jundiá.

Ligabó, até então ausente na sessão, chegou justo quando seu colega de partido, Paulo Sérgio Martins, pediu o adiamento de seu projeto. A solicitação foi aceita por 10 votos favoráveis, sem data para que volte à pauta. Diante do resultado, Wagner Ligabó se retirou novamente da sessão, retornando para uma reunião da comissão mista sobre o Plano Plurianual (PPA).

Em resposta ao vereador Romildo Antônio (PR), que considerou toda a situação “antidemocrática”, Paulo Sérgio alegou que já tinha pedido para conversar com Ligabó sobre a propositura, pois o vereador não explicou qual a diferença entre seu projeto e a lei que ele revoga. “É o terceiro projeto que ele (Ligabó) chega em cima da hora para votar.

Ele não fala com ninguém e quer revogar uma lei de 2001 sem avisar”, afirmou Martins durante a sessão.

Antes de ir embora, Ligabó afirmou que se atrasou devido a problemas de saúde de um familiar, internado em estado grave, mas que tinha confirmado sua presença. “Eu nem tive a chance de defender meu projeto, que aliás era o penúltimo na pauta do dia e teve pedido de adiamento no começo”, retrucou. “Me senti agredido e não me sinto estimulado a continuar na sessão”.

Ele afirmou que seu PL é mais moderno e completo que a Lei 5.592, em vigência. “O projeto exige, por exemplo, a cobertura das caçambas com redes”, emenda Ligabó. Ainda de acordo com o vereador do PPS, sua propositura permitiria que o Legislativo também pudesse alterar a lei, e não apenas o Executivo.

Mais adiamentos

Os dois projetos de emenda à Lei Orgânica do Município, presentes na pauta de ontem, também foram adiados. O primeiro, do ex-vereador Fernando Bardi (PDT), prevê a contratação de terceiros para realização



RUI CARLOS

SESSÃO QUENTE Parlamentares defenderam posições, aprovaram 3 projetos e adiaram outros 3. Outra proposta foi retirada

de um segundo laudo de cálculos estruturais em obras públicas de grande vulto e foi adiado por 17 votos favoráveis. O PLO 128/2017, do vereador Romildo Antonio (PR), que inclui a vacinação contra o papilomavírus humano (HPV), foi outra proposta adiada para a sessão do dia 14 de novembro.

Tribuna Livre

No final da sessão de ontem, o vereador Douglas Medeiros, autor do projeto de lei que pretende mudar o horário da Tribuna Livre para o fim das sessões durante o Grande Expediente, frisou o horário de término da sessão desta terça (20h10) e alegou que seria um

bom horário para a população falar. Durante a Tribuna Livre, porém, a médica Helena Cristina Alves de Oliveira lembrou que o Grande Expediente ocorre apenas com a presença de, no mínimo, 7 vereadores, e que a existência da Tribuna Livre não poderia ficar à mercê do quórum dos parlamentares.